

## RELATOS SOBRE O PASSADO: FRANCISCO JULIÃO E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES DA MEMÓRIA

PABLO F. DE A. PORFIRIO\*

[pabloporfirio@hotmail.com](mailto:pabloporfirio@hotmail.com)

Dezembro, 1977. Francisco Julião recebe a visita de uma equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC –, Fundação Getúlio Vargas. Neste encontro, na cidade de Yxcatepec, Estado de Morelos – México; o exilado brasileiro produziu um relato sobre sua história de vida, que resultou em aproximadamente de 6 horas e 50 minutos de gravação e, posteriormente, 173 páginas datilografadas de transcrição.

Esse era talvez o primeiro relato de Francisco Julião, que circularia no Brasil, desde sua saída para o exílio em 1965. Era provavelmente, até aquele momento, a única oportunidade para construir uma narrativa sobre a sua atuação junto às Ligas Camponesas e como deputado estadual e federal por Pernambuco entre os anos de 1955 a 1964. Ao mesmo tempo, o relato poderia circular entre intelectuais ligados a movimentos de esquerda ou apenas de oposição ao governo militar.

Uma grande parte do que foi narrado à pesquisadora Aspásia Camargo referiu-se aos 14 anos anteriores ao Golpe civil-militar de 1964. Praticamente não há nenhuma referência ao exílio, que naquele momento já durava 12 anos.

Talvez aquele período precedente a 1964 era o que mais interessava a pesquisadora. Mas também, deve-se à seleção promovida pela memória do entrevistado. Havia uma intencionalidade de Francisco Julião ao falar sobre aqueles anos. Ao ler as 173 páginas datilografadas é possível identificar, em alguns trechos, que o exilado entendia o relato de memória como uma operação de seletividade. Ele mostrava-se ciente do cuidado que deveria ter na construção da entrevista concedida ao CPDOC.

Francisco Julião sabia dos riscos existentes em uma produção de memória, visto que ela poderia ser lida de modo diferente da que ele desejava, interferindo em uma

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este texto é parte da tese *De pétalas e pedras: a trajetória de Francisco Julião*, financiada pela CAPES.

possível volta sua ao Brasil ou ainda, uma vez de regresso, atrapalhando a construção de novas alianças.

Em uma parte da sua narrativa, quando ele falava da relação com o materialismo histórico e o cristianismo, ressaltou: “Vou dar um exemplo, embora eu não esteja certo de que esse é o momento de dizer uma coisa como essa, prestando um depoimento. Talvez fosse mais interessante para umas memórias bem elaboradas, escritas com muito cuidado”<sup>1</sup>.

Em outro momento, ao se referir a um homem que teria recomendado sua morte, afirmou: “Eu não quero dar o nome dele. Você me permite que eu não dê o nome. Ele está vivo e a gente pode, amanhã, se encontrar e ainda, quem sabe, fazer uma aliança. [...]Um dia, talvez, eu possa relatar isso em umas memórias e dar os nomes de todos, mas não penso em escrever memórias agora, nem nada disso”<sup>2</sup>.

O depoimento oral não possibilita uma construção mais elaborada do que se diz. Francisco Julião entendia que a escrita era o lugar um pouco mais seguro para a produção de uma memória, talvez porque ela oferecesse a condição de se fazer o texto por diversas vezes e de diferentes modos até atingir ou se aproximar ao máximo daquilo que se queria dizer. Deve-se lembrar ainda da experiência dele com a escrita. Até 1977, já havia publicado vários livros e escrito diversos folhetos e cordéis utilizados na mobilização de trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas<sup>3</sup>. Ele dominava as formas de contar uma história por meio da escrita.

Mas, aquela era uma oportunidade para fazer chegar ao Brasil as suas avaliações sobre o período anterior a 1964, passados 12 anos de exílio. Era uma ocasião para ele se reapresentar, um instrumento para responder a algumas antigas acusações e, quem sabe, abrir espaço para a construção de novas relações sociais e políticas no país. Ele já havia escrito o livro *Cambão: la cara oculta de Brasil*, sobre os camponeses no Nordeste do Brasil e as experiências junto às Ligas Camponesas, lançado em 1968. Apesar desta obra ter sido traduzida para 16 idiomas, não fora publicada no Brasil até o final dos anos

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida por Francisco Julião a Aspásia Camargo em 1977. CPDOC/FGV. p. 156.

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Francisco Julião a Aspásia Camargo em 1977. Op. Cit. p. 64.

<sup>3</sup> Francisco Julião publicou os seguintes livros: *Cachaça*, 1951; *Irmão Juazeiro*, 1961; *Que são Ligas Camponesas*, 1962; *Até quarta, Isabela*, 1964 e *Brasil: Antes y despues*, 1968 (publicado apenas no México) *Cambão: la cara oculta de Brasil*, 1968. Também havia escrito, antes de 1964, em formato de folheto e cartilhas, os textos: *Guia do Camponês*, *ABC do camponês*, *Cartilha do Camponês*, *Carta de Alforria do Camponês* e *Bença, mãe*.

2000<sup>4</sup>. Segundo Anatólio Julião, o seu pai não “quis que o livro fosse publicado logo após a anistia, e o seu retorno ao Brasil, em 1979, por entender que o texto pouco contribuiria para o delicado momento político de distensão e abertura vivida, à época, pelo País”.

Francisco Julião sabia que não era hora de rememorar determinado passado ou caso o fizesse, deveria ser levando-se em consideração aquela dinâmica de redemocratização do Brasil. A entrevista para o CPDOC estava marcada pela intencionalidade de preparar uma possível volta ao Brasil. Resultava de um trabalho de seleção que Julião fez da sua memória, observando o processo de distensão e abertura política no Brasil, afinal aquele relato era um meio possível para se fazer ouvir em seu país.

Este período final da década de 1970 foi marcado pela desvalorização da opção teórica e política da luta armada. Depois da derrota e intensa repressão sofrida pelos grupos que adotaram essa forma de atuação política, desenvolveu-se em parte das esquerdas uma crítica e autocrítica às ações armadas.

Os movimentos sociais de oposição ao governo militar e as organizações de esquerda, na segunda metade da década de 1970, procuraram construir o que a historiadora Maria Paula Araújo denomina “espaços de legalidade”<sup>5</sup>. O objetivo era romper o isolamento e a clandestinidade, em grande medida, promovidos pela opção da luta armada. Os grupos de esquerda desejavam aproximar-se do restante da sociedade e garantir um espaço público de ação.

O Movimento Democrático Brasileiro – MDB – e as entidades de profissionais liberais, como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI – eram alguns dos setores sociais<sup>6</sup> que definiam suas atividades de oposição ao governo militar como sendo uma luta política legal, classificando-a como uma resistência ao Regime Militar.

---

<sup>4</sup> O livro só foi publicado no Brasil em 2010, pela editora Bagaço, de Recife.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 116.

<sup>6</sup> Pode-se citar também o sindicalismo promotor das greves no ABC paulista; as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs; e a chamada imprensa alternativa, com publicações voltadas para as mulheres, negros e homossexuais.

O termo resistência funcionava para significar a essa luta política como uma ação em defesa da legalidade, da democracia e dos direitos humanos. Mas também, caracterizava-a como um ato heróico dos que resistiam aos mais fortes e truculentos<sup>7</sup>. Ao mesmo tempo, a dimensão do heroísmo era usada por aqueles que participaram das ações armadas de outrora, produzindo um novo significado para as mesmas, por meio do qual “aqueles bravos rapazes e moças de armas na mão ganhavam seu lugar, legítimo, como os desesperados de uma nobre causa, os equivocados de uma luta justa, agora, afinal triunfante, a redemocratização”<sup>8</sup>.

Em meados da década de 1970, alguns integrantes da chamada esquerda revolucionária<sup>9</sup>, defensora da luta armada como meio para derrubar o Regime Militar e destruir o capitalismo, após críticas e autocríticas, passaram a integrar o que ficou conhecido como Bloco das Liberdades Democráticas<sup>10</sup>. O projeto revolucionário do passado metamorfoseou-se em resistência democrática e as organizações revolucionárias em “alas extremadas”<sup>11</sup> desta resistência.

O debate em torno dessas propostas de atuação política circulou tanto no Brasil como em outros países da América Latina, seja por meio de publicações, como a Revista *Brasil Socialista*<sup>12</sup>, seja através das conversas e dos encontros. Francisco Julião recebia muitas visitas no México, desde outros exilados brasileiros, integrantes de grupos de esquerda, até jornalistas, que poderiam compartilhar com ele atualizações sobre as lutas políticas no Brasil. Estava também em uma rede intelectual e política, por meio da qual poderia ter acesso a esses novos debates. Provavelmente, o relato

---

<sup>7</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Op. Cit. p. 123.

<sup>8</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. p. 48-49.

<sup>9</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Op. Cit. p. 47.

<sup>10</sup> Segundo Maria Paula Araújo, esse bloco era integrado pelo PCB, PC do B, além do MR-8, APMIL e algumas organizações trotskistas. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Op. Cit. p. 124.

<sup>11</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Op. Cit. p. 48.

<sup>12</sup> A revista *Brasil Socialista* era confeccionada no Chile e circulava clandestinamente no Brasil. Constituíria-se em fórum de debate das esquerdas tanto do Brasil como de outros países da América Latina e teve um importante papel na construção e divulgação dessa nova proposta de luta tática. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Op. Cit. pp. 121-122.

concedido em 1977 ao CPDOC estava informado por essas novas propostas de ação dos grupos de esquerda e de oposição ao governo militar.

Praticamente um ano depois deste relato, Julião concedeu uma entrevista ao semanário *O Pasquim*. Nesta, construiu uma narrativa que em alguns momentos se aproximava daquela registrada pela pesquisadora Aspásia Camargo. O periódico havia enviado ao México o jornalista e cartunista Henrique de Sousa Filho, Henfil, para comandar os trabalhos, dos quais também participaram seu irmão Herbert de Souza, Betinho, Maria Souza e Severo Salles, estes três últimos também exilados brasileiros no México. O resultado da entrevista foi dividido e publicado em duas edições de janeiro de 1979 do *Pasquim*.

Para os dois relatos, Francisco Julião insistia em afirmar-se como um legalista. “Eu era extremamente legalista e usava a lei”<sup>13</sup>, dizia ele para *O Pasquim*, referindo-se às ações promovidas junto aos camponeses em Pernambuco. Para o CPDOC, afirmou: “Com o Código [Civil] na mão, fui buscando os foreiros. [...] O camponês é muito legalista. [...] Partindo dessa legalidade, eu dizia: você diz que está de acordo com a lei, mas a lei aqui proíbe: não se pode dar um dia de trabalho se não se recebe [...] um salário. [...] A lei o protege e eu estou aqui para defendê-lo. [...] Vou à justiça defendê-lo”<sup>14</sup>.

Ao selecionar para os seus relatos as suas ações da década de 1950 que estariam dentro de uma legalidade, Francisco Julião aproximava-se de uma esquerda atuante no Brasil do final dos anos 1970 e ao mesmo tempo tentava quebrar com as imagens de radicalização e violência atribuídas a ele, enquanto líder das Ligas Camponesas. Afinal, já decretava Henfil na primeira pergunta da entrevista: “Todo mundo te conhece como o Julião das Ligas Camponesas”<sup>15</sup>. E era contra as memórias e as imagens já determinadas para este “Julião das Ligas Camponesas”, que o próprio Francisco Julião desejava criar outros significados, instituindo novas práticas, que redefinissem aquele sujeito já naturalizado. Naquele momento, o instrumento utilizado para tornar-se inapreensível e revirar as palavras<sup>16</sup> eram os relatos produzidos, ainda no México, entre 1977 e 1979.

<sup>13</sup> Jornal *O Pasquim*. 05 a 11 de Janeiro de 1979. p. 13. Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>14</sup> Entrevista concedida por Francisco Julião a Aspásia Camargo em 1977. Op. Cit. p. 08.

<sup>15</sup> Jornal *O Pasquim*. Op. Cit.

<sup>16</sup> MONTENEGRO, Antonio. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 32-35.

Em outro momento da entrevista ao *Pasquim*, Henfil lembrava: “Em 64, eu tinha 20 anos. A esperança da gente era que Julião estava levantando as Ligas Camponesas, por isso é que não tinha aparecido, e quando ele foi preso deu uma crise de desespero na garotada da Praça Hugo Werneck, em Belo Horizonte. Aí não tinha jeito, o golpe tinha vencido de vez. O Robin Hood acabou”<sup>17</sup>.

Francisco Julião foi acusado, algumas vezes por setores da própria esquerda, de incitar a mobilização golpista de 1964. Os seus discursos, nos quais dizia ter a possibilidade de levantar milhares de camponeses armados, teriam acelerado uma reação do lado dos militares e de parcelas da sociedade civil, que se sentiram cada vez mais ameaçados. Esta é uma construção persistente e que ainda hoje circula em parte da historiografia. Em sua biografia sobre João Goulart, lançada em 2011, o historiador Jorge Ferreira afirma:

Praticamente sem vozes para defendê-lo, o governo contou com o deputado Francisco Julião, que, pela primeira vez desde sua eleição, aparecia no Congresso para evitar a perda de seu mandato por faltas acumuladas. Até então ferrenho opositor de Goulart, a quem chamava de “latifundiário e laçao de latifundiário”, Julião ameaçou deter o golpe mobilizando 60 mil homens armados das Ligas Camponesas, 5 mil deles perto de Brasília. Os homens armados, na verdade, não existiam. Pura bravata, mas a ameaça aterrorizou os indecisos. Em um momento em que a guerra civil era vista no horizonte, as supostas milícias rurais assustaram os parlamentares que ainda não tinham se decidido em apoiar o golpe<sup>18</sup>.

O deputado federal ausente, que foi ao parlamento nacional para evitar a perda do mandato, teria atuado de forma desastrosa. Com a sua ameaça de mobilizar camponeses armados, assustou os parlamentares ainda indecisos em apoiar o golpe. Pensando que parte dos deputados e senadores apoiou a declaração de vacância da Presidência da República e outorgou a mesma, provisoriamente, a Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, pode-se imaginar que os parlamentares indecisos, citados acima, sentindo-se ameaçados e aterrorizados, passaram a apoiar o movimento golpista. Isto também nos faz conceber que o Francisco Julião, do modo

<sup>17</sup> Jornal *O Pasquim*. Op. Cit. p. 12

<sup>18</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 500.

como é apresentado no texto de Jorge Ferreira, mesmo ao tentar defender o governo de João Goulart, acabou contribuindo com o golpe.

A sua atuação também foi classificada, em determinadas ocasiões, como clandestina, sobretudo quando se afirmava que ele teria planos para armar as Ligas Camponesas e promover um treinamento guerrilheiro, nos moldes cubanos, em fazendas localizadas no interior do Brasil. Estas imagens de violência e de clandestinidade, em certo sentido, são retomadas por Henfil ao afirmar que a “esperança” era Julião levantar as “Ligas Camponesas” e ao compará-lo com “Robin Hood”, conhecido por suas ações de assaltos aos ricos para beneficiamento dos pobres. Mas, a memória do jornalista e cartunista do *Pasquim*, elaborada em finais 1978, oferece contornos contemporâneos a essas imagens. As ações armadas e clandestinas de outrora de um Francisco Julião/Robin Hood junto aos camponeses transmudam-se em uma resistência heróica ao golpe de 1964, que como tal era constituída pela ideia de esperança, compartilhada entre os jovens da Praça Hugo Werneck.

Pode-se ainda indagar sobre a frase: “Aí não tinha jeito, o golpe tinha vencido de vez”. Nesta memória de Henfil, a quem o golpe teria vencido? “Aí não tinha jeito” para a democracia, pois esta teria sido derrotada pelo golpe. Sendo assim, Francisco Julião constituía-se como a última chance de luta em defesa de uma democracia em 1964, derrotada, porém, poucos meses após o golpe, em 03 de junho, quando ele foi preso.

Mas, se por um lado existiam pequenos movimentos que inseriam Francisco Julião nas representações de resistência democrática à ditadura militar, por outro havia a desconfiança de que ele não estaria em acordo com uma dinâmica política em desenvolvimento no Brasil. No final de 1978, a revista semanal *Veja* publicou, em suas páginas amarelas, uma entrevista com o exilado brasileiro no México, que, assim, em praticamente um ano, havia concedido três depoimentos para intelectuais e jornalistas do Brasil.

Logo no início, a reportagem tratava de dizer ao leitor quem era o seu entrevistado: “Inflamado orador, as Ligas Camponesas que liderou de 1955 a 1964 pareciam a muitos um projeto de guerrilha”<sup>19</sup>. Mas, ao mesmo tempo, ressaltava a possível mudança que o período do exílio poderia ter provocado: “Francisco Julião de

---

<sup>19</sup> Revista *Veja*. 11 de outubro de 1978. p. 03.

Paula não guarda muitos traços do vulcânico deputado do acanhado Partido Socialista Brasileiro que, julgava-se, poderia dinamitar o regime e espelhar a desordem no Nordeste”<sup>20</sup>. O Francisco Julião que, para alguns, liderou projeto de guerrilha camponesa e tentou dinamitar o regime, neste caso o democrático, existente antes do golpe de 1964, bem como espalhar a desordem, está dado como um fato, sendo um ponto de partida da reportagem. A proposta da *Veja* era sabatar o exilado político, há 13 anos longe do Brasil, sobre alguns temas que marcaram suas ações na década de 1950 e início dos anos 1960 e trazer para o leitor as intenções dele, caso retornasse ao país.

Tomando as temáticas das primeiras perguntas, que se referem diretamente ao período pré-1964, podemos formar dois blocos temáticos, apesar destes não existirem na reportagem. Um diria respeito à questão da democracia e o outro ao uso da violência como estratégia política. As perguntas iniciais foram previamente elaboradas pela revista, ao contrário das seguintes, que, em sua maioria, abordaram os aspectos presentes em respostas concedidas pelo entrevistado.

Sobre a democracia, o jornalista inquiriu: “O senhor sempre fez duras críticas à democracia representativa afirmando que este sistema “engordava os tubarões e esfomeava o povo”. Sua visão da democracia ainda é esta”<sup>21</sup>? E depois, rememorando as Ligas Camponesas, a seguinte questão: “De qualquer forma as Ligas Camponesas foram envolvidas na violência. O senhor não acha que a ação violenta em política conspira contra um regime que se deseja democrático”<sup>22</sup>?

Estas questões investigavam o comprometimento do Francisco Julião, no final da década de 1970, com um regime democrático. À primeira pergunta, o ainda exilado brasileiro respondeu que as suas ações anteriores já desejavam aprofundar a democracia no Brasil, por meio da “incorporação à vida política do país de grandes massas de trabalhadores e camponeses”. Disse também que pretendia se unir a todas as forças que trabalhavam no Brasil pela abertura política e pelo processo de redemocratização do país. Em relação à outra pergunta, a resposta inicia-se com um “Estou de acordo”. Ou seja, concordava que a ação violenta em política conspirava contra uma democracia. E

---

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Revista *Veja*. Op. Cit. p. 04.



vai além: “É possível que, vendo o Brasil através do Nordeste, onde os conflitos eram mais agudos e a miséria mais concentrada, eu incorresse em distorções”. Ao apontar na resposta a possibilidade do equívoco em suas avaliações e ações, Francisco Julião concluía: “nunca reativaria as Ligas”<sup>23</sup>.

Em relação à violência, há uma sequência de questões postas pela revista: “Sua pregação política sempre foi vista como uma incitação à violência”<sup>24</sup>. E ainda: O senhor chamaria de resistência heróica os incêndios de canaviais e as invasões de terras, ocorridos antes de 1964, atribuídos às Ligas Camponesas que o senhor liderava”<sup>25</sup>? E por fim: “O senhor não acha que a experiência das Ligas Camponesas contribuiu fortemente para a radicalização do processo político no período que precedeu o movimento militar de 1964”<sup>26</sup>.

As respostas buscavam, como em outras entrevistas, apresentar o caráter de legalidade das suas ações: “como político sempre trabalhei dentro da legalidade, [...] sempre fui contra também a invasão de terras”<sup>27</sup>, afirmava Francisco Julião, que em relação às Ligas Camponesas, dizia: “as Ligas Camponesas nunca tomaram a iniciativa de incendiar canaviais e invadir terras”<sup>28</sup>. A ideia de violência nas perguntas era contraposta pela perspectiva da legalidade. Também o entrevistado procurava afirmar-se como sempre contrário às radicalizações ocorridas. “Tentei (inúmeras vezes) frear esta radicalização, mas nem sempre foi possível”<sup>29</sup>. A esta resposta, o jornalista contesta: “Sua visita a Cuba em 1961 identificou as Ligas com a revolução socialista. Neste caso, o senhor não se sente pessoalmente responsável pela radicalização”<sup>30</sup>? As perguntas do periódico constroem uma gradação que acaba por apresentar uma relação direta entre Francisco Julião e a radicalização no período pré-1964. Sendo este considerado pelos militares e parte da sociedade civil um dos fatores responsáveis pelo Golpe civil-militar, então, mais uma vez, Julião estaria identificado a ações que contribuíram com o processo golpista.

---

<sup>23</sup> Revista *Veja*. Op. Cit. p. 04

<sup>24</sup> Revista *Veja*. Op. Cit. p. 03.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Revista *Veja*. Op. Cit. p. 04.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Idem.

A réplica segue nos seguintes termos: “A radicalização foi fruto da falta de uma análise mais séria da realidade continental brasileira. Vendo o que ocorreu na América Latina nestes treze anos que estive no exílio – a implantação de regimes militares e a crescente penetração das multinacionais -, um político sensato tem que medir muito bem seus passos para não incidir em novos erros”<sup>31</sup>. Francisco Julião reconhecia, apesar de não especificar, a existência de antigos erros, que não deveriam ser repetidos. Dizia também qual seria seu novo plano de ação, 14 anos após o golpe de 1964: “seria fundamental unificar todas as forças, andar com o passo mais moderado e impedir o que veio depois, em março de 1964”<sup>32</sup>.

O que estava em disputa nos relatos acima eram os significados a serem emitidos por essa memória do passado de Francisco Julião dentro da dinâmica do processo de abertura política e anistia. Ele teria sido o defensor da legalidade e último representante da democracia pré-golpe de 1964 a cair perante os militares, como assim desejava o próprio Julião e Henfil. Mas também, o ex-presidente das Ligas Camponesas seria o responsável por conspirar contra a democracia por meio da radicalização de suas ações, muitas vezes classificadas como violentas, de acordo com a revista *Veja*.

Em junho 1979, em Lisboa, ele concede outra entrevista. Desta vez, o depoimento foi conferido em um encontro com Thereza Cesário Alvim e publicado no Brasil nas páginas da revista *Status* do mês de agosto daquele ano. Criada em 1974, o periódico mensal da Editora Três trazia reportagens sobre política e cotidiano.

Porém, o destaque maior eram as sensuais fotografias de mulheres, que ocupavam páginas inteiras. Na Edição de nº 61, os leitores puderam ver a cantora Gretchen, considerada pela *Status* como a nova estrela da música brasileira. Ela se destacava, naqueles anos finais da década de 1970, pela sensualidade com que dançava e cantava. Foi contratada pela gravadora *Copacabana* e no início da década seguinte ficou ainda mais conhecida no Brasil com a venda de muitos discos e a participação em programas televisivos de auditórios, bastante populares<sup>33</sup>. Quem quisesse ver as fotos de Gretchen, poderia encontrar também a entrevista de Francisco Julião.

---

<sup>31</sup> Revista *Veja*. Op. Cit. p. 04.

<sup>32</sup> *Idem*.

<sup>33</sup> Revista *Status*. Agosto de 1979.

A revista então misturava matérias de um apelo mais popular com outras, estritamente políticas, que talvez interessassem a um grupo menor de leitores. Antônio Callado, amigo de Francisco Julião, era um dos colaboradores da *Status*. Fernando Morais, que ficou posteriormente conhecido no Brasil, por seus livros biográficos<sup>34</sup>, era um dos repórteres especiais. O editor assistente era Samuel Wainer, que havia sido dono do jornal *Última Hora* e esteve próximo a presidentes do período pré-1964; Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Assim como na reportagem da revista *Veja*, a *Status* iniciava seu texto criando uma memória de quem era o Francisco Julião da década de 1960: “[...] seu nome despertava calafrios nas senhoras e espasmos nos senhores da nossa melhor sociedade. [...] E lá estavam suas Ligas Camponesas, para alertar os incautos. Eita rapaziada feia, essa que ele tinha o desprazer de fazer marchar descalça sobre a Veneza Brasileira”<sup>35</sup>. Partindo desta imagem, que se mostrava natural pela revista e tomada, mais uma vez, como ponto de partida, procurava-se investigar quem era o entrevistado depois de 14 anos de exílio. E de início já propunha mudanças: “[...] é bom que se perca o medo irracional desse homem que é apenas muito homem, embora esteja parecendo um pouco santo, aos 64 anos de idade”<sup>36</sup>.

Do seu lado, Francisco Julião continuava seu esforço de se apresentar novamente ao Brasil. Mais do que ressaltar as mudanças ocorridas durante o período no México, desejava quebrar com o sentimento de medo que sua imagem do passado, congelada pela revista, poderia produzir. Ou seja, investia na elaboração deste passado. Em um trecho da entrevista, explicava qual seria o significado da frase que ficou conhecida como palavras de ordem dele e das Ligas Camponesas: “reforma agrária na lei ou na marra”. Dizia ele: “Muita gente interpretou a palavra ‘marra’ como sinônimo de violência armada. Não é. A ‘marra’, para mim, era a pressão de massa, era organizar o campesinato, os estudantes, a intelectualidade, todas as forças progressistas do país – e o grande eleitorado, em suma – para que essa lei fosse aprovada, para que o interesse nacional prevalecesse no Congresso, finalmente, acima dos interesses individuais”. A lei, a que se referia, consistia nos projetos de reforma agrária, que, segundo ele,

<sup>34</sup> Pode-se citar: *Olga*, de 1985, e *Chatô, o rei do Brasil*, de 1994.

<sup>35</sup> Revista *Status*. Op. Cit. p. 20.

<sup>36</sup> *Idem*.

chegavam ao Congresso Nacional no período pré-1964, mas eram engavetados. Ao fim, a ideia de “marra” passaria a significar também a mudança por meio da lei, conseguida com mobilização e pressão social.

Francisco Julião citou, como exemplo, a desapropriação do Engenho Galileia, em Pernambuco. Segundo ele, foi a partir da pressão de cerca de três mil camponeses, vindos do interior, e de seis ou sete mil populares urbanos, presentes à Assembléia Legislativa do Estado, seja nas galerias, seja em seu entorno, que o projeto de lei autorizando a desapropriação daquele engenho foi aprovado. E finaliza: “A marra é isso, quero repetir porque muita gente confunde pressão social – um direito legítimo – com violência ilegal”<sup>37</sup>. Da sua frase, talvez, mais conhecida e que provavelmente provocou mais sobressalto e medo em seus opositores, sobretudo os latifundiários, Francisco Julião desejava apagar qualquer dimensão de enfrentamento violento e produzir significados de legalidade. Ele reordenava os significados do passado, ao mesmo tempo em que criava um desdobramento para o futuro. O sentido da frase “Reforma agrária na lei ou na marra” deveria entrar na ordem das novas estratégias políticas defendidas pelas esquerdas no Brasil.

Pode-se ainda atentar para a seguinte questão: caso Francisco Julião desejasse se inserir nessa esquerda, que reformulava seus modos de atuação e representava suas ações armadas do passado como atos extremados de luta pela democracia, haveria de enfrentar outro obstáculo, já indicado pela *Veja*; o ex-líder das Ligas Camponesas, segundo a revista, teria optado pelo uso da violência no momento em que ainda existia uma democracia no Brasil. Ao contrário de outras organizações de esquerda que escolheram o enfrentamento armado contra a ditadura militar no final da década de 1960 e início dos anos 1970, ou seja, quando não havia mais nenhuma possibilidade de democracia e o regime militar intensificava a repressão.

Reafirmo não pensar que estes grupos de esquerda lutavam propriamente pelo estabelecimento de uma democracia, da forma como era dito no final da década de 1970. Compartilho da argumentação do historiador Daniel Aarão, que mostra como foi sendo criada uma memória, onde aquela luta transformou-se estritamente em defesa da democracia. Esta memória circulara em uma sociedade, onde cada vez mais as pessoas

---

<sup>37</sup> Revista *Status*. Op. Cit. p. 24.

não se identificavam com a ditadura ou com ela não queriam ser identificadas. Ao contrário, crescia o movimento em que quase todos se apresentavam como resistentes a ela<sup>38</sup>. Mas, e Francisco Julião, acusado de conspirar contra a democracia por meio de sua radicalização, precisaria transmutar-se em um resistente democrático. Esta era a batalha de suas memórias.

Ainda existem dois outros relatos construídos pelo ex-advogado das Ligas Camponesas, porém, na década de 1980. Um foi concedido em Recife, em 1982, na forma de história de vida, a Eliane Moury Fernandes<sup>39</sup>, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. O outro, de 1983, consistiu em uma entrevista ao jornalista Geneton Moraes Neto<sup>40</sup>. Esses se diferenciavam dos anteriores por não estarem marcados pelo momento de volta do exílio e nem pelo cenário da anistia de 1979. Dialogavam com as novas configurações políticas da década de 1980 e por isso aparecerão mais nos próximos capítulos.

Em 1982 e 1983, o ex-deputado socialista já desenvolvia uma atuação partidária, através do PDT, e parecia integrado à vida social do país. A anistia, no sentido de regresso do exílio, estava garantida. Esses relatos, assim como os anteriores, direcionavam-se para significar o passado de ação junto aos camponeses, nas décadas de 1950 e 1960. Contudo, na produção dessas memórias, agora, estavam as estratégias traçadas por Francisco Julião frente aos grupos políticos e partidários atuantes no processo de redemocratização do Brasil, com destaque para a retomada das eleições para governadores estaduais em 1982.

Nos dois relatos, por exemplo, sobressaem as críticas do entrevistado ao Partido Comunista, posicionamento que raramente se percebia no conjunto de depoimentos produzidos no final da década de 1970. Nestes, evitava-se citar nomes e as críticas a grupos políticos ou mesmo às pessoas eram, praticamente, inexistentes.

Apesar das diferenças, há um movimento que está presente em todos os relatos produzidos por Francisco Julião. Seja em 1977, seja em 1983, ele procurava apresentar-se como um homem que atuou sempre dentro das margens de uma legalidade,

---

<sup>38</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Op. Cit. p. 50.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Francisco Julião à pesquisadora Eliane Moury Fernandes. CEHIBRA. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982.

<sup>40</sup> Entrevista concedida a Geneton Moraes Neto em 1983. Disponível em: <[www.geneton.com.br](http://www.geneton.com.br)>.

respeitando as leis e a Constituição. Dizia em 1983: “A imagem que eu gostaria que ficasse – e por ela continuarei lutando até o fim – é que fui um homem apegado à legalidade”. E continuava: “Eu utilizava a legalidade para ir, pouco a pouco, unindo e organizando os camponeses. O que acontece é que toda vez que se une e se organiza o povo, ele próprio vai criando uma legalidade própria. Quer dizer: a legalidade é rompida pela legalidade, num processo democrático”<sup>41</sup>.

Francisco Julião definia outra legalidade, que não estava apenas no uso das leis, porque a legalidade era algo que se criava, por meio da mobilização social. Neste caso, os direitos não pré-existiam, mas eram inventados. Seria próximo ao que Gilles Deleuze chama de Jurisprudência. Trata-se de lutar e inventar as jurisprudências<sup>42</sup>. Ou seja, a lei figurava no Código Civil, na Constituição, mas os camponeses, organizados e mobilizados, criavam uma jurisprudência para ela. Ou seja, “a legalidade é rompida pela legalidade”.

A agitação social, tão condenada por setores da população, consistia, segundo Julião, na criação da legalidade, isto é, na invenção do uso da lei pelo camponês. E esta criação ocorreria por meio das ações das Ligas Camponesas. Esta era uma das imagens que desejava para si e para o seu passado. Já lutava por ela nos relatos de 1977, 1978 e 1979. Continuava batalhando em 1983. As entrevistas foram um de seus instrumentos. Por meio delas, procurou deslocar ou refazer os significados de palavras como violência, radicalização e agitação. Buscou quebrar sentidos, que eram dados como naturais, para sua atuação política. Ao final, como nos diz Antonio Montenegro, “esse movimento de desnaturalizar as palavras revela um combate, uma luta na história, um desfazer de laços e armadilhas que trazem embutidos o controle constante sobre a vida”<sup>43</sup>. Francisco Julião batalhava para sair do lugar social do culpado e radical que parecia estar reservado para ele naquele processo de redemocratização do Brasil.

## Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

<sup>41</sup> Entrevista concedida a Geneton Moraes Neto. Op. Cit.

<sup>42</sup> Ver o vídeo *O abecedário de Gilles Deleuze*. Letra G de Gauche (esquerda).

<sup>43</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. Op. Cit. p. 32.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Bagaço: Recife, 2009.

MONTENEGRO, Antonio. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, Michael. *Memória, silêncio, esquecimento*. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 2, nº 3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. Ditadura, anistia e reconciliação. In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 23, nº 45. jan.-jul. de 2010.